

# Opinião

opinio@rac.com.br

## “O índice de insatisfação da população com saúde é muito alto, e a rede básica é o calcanhar de aquiles”

Jonas Donizette (PSB), prefeito de Campinas, sobre investimento do BID na saúde pública da RMC.



## zeza amaral



### Um caso de capelinha

Uma amiga pediu a este es-criba que escrevesse alguma coisa sobre a Capela do Bom Jesus, lá do Bairro do Matão. O que posso escrever é um caso de memória muito da antiga, de quando os moços arranjavam namorada na saída da missa ou nas quermesses juninas, de quando a mãe da gente punha cadeira na calçada para tricotar à tarde com a vizinhança. É a pequena história de um rapaz da região do Quilombo, que o bom povo do Bairro do Matão bem conhece, de nome Landinho, que carregou uma cruz de sofrimento por quase toda a sua existência só por causa de uma mania de viola.

Ele era bisneto de um alforriado e ativo lavrador de café que gastou parte do seu descanso levantando as paredes da capela da fazenda, essa de nome tão bonito e honrado: Capela do Bom Jesus. Mas, voltando ao assunto, tão logo Landinho enfiou seus primeiros trocados no bolso saiu em busca de fama e muito dinheiro. Como já disse, ele queria ser violero.

Bem que o bisavô lhe avisara de acender uma vela ao Bom Jesus e pedir por proteção quando fosse sair por este mundo de Deus. Mas o rapaz era teimoso como o quê e nem temente era, ora veja, das coisas do Divino.

Já fazia uns bons meses que ele andava por terras mineiras, cuidando de criação e tentando descobrir o melhor atalho para se andar nas cordas da viola. Sua dancão começa aí, achando que o melhor caminho é o atalho. E ficou muito interessado na história que um boiadeiro, sem eira e nem beira, contava a quem estivesse interessado em ser violero afamado: bastava achar uma igreja em petição de miséria e, à meia-noite, chamar o Tinhoso para ouvir uma moda de viola. O boiadeiro garantia que, se fosse ruim de corda, o violero ficava bom; e se fosse bom, saía melhor ainda.

Landinho não era nem ruim nem bom. Aliás, nem viola tinha. Mas tanto queria ser violero que resolveu assim mesmo falar com o Tinhoso. Gastou mais de mês procurando uma igreja caída e, quando achou, lá

por perto de Uberaba, ficou esperando em vão por sete dias a visita do esconjurado e desistiu do seu sonho de ser violero e afamado. Caiu na vida, o coitado. Virou ligeira, dormia em qualquer canto de rodoviária e perdeu o rumo das estradas e dos atalhos.

Muitos anos se passaram até que acontecesse de Landinho pegar uma bifurcação e cair numa estradinha de terra batida. Ele reconheceu as águas do ribeirão que o seu bisavô chamava de Quilombo e, mais pra frente, as jabuticabeiras que lhe deram frutos e forquilhas para estilingues. E a capelinha ainda estava lá, toda caiadinha, brilhando naquela tar-dinha de domingo de fé. Ao lembrar do conselho do bisavô, pegou um raminho de capim e foi oferecê-lo no altar do Bom Jesus. Mas não pediu nada, só perdão pela demora da oferenda...

PS. Este caso contei a pedido da professora Lia Faccio que, em 2007, editou uma revista da Capela do Bom Jesus, que trouxe histórias dos fiéis que a ergueram e da importância cultural que ela ainda tem para os moradores do Bairro do Matão, Sumaré. Volto ao assunto porque a velha Capela do Bom Jesus está prestes a virar mais uma ruína, a ser cercada de prédios populares construídos sem o devido respeito às leis de ocupação do solo que, no caso, existem para proteger não só a memória arquitetônica de uma velha capela, mas, sobretudo, o respeito que devemos ter para com a fé de centenas de famílias que foram criadas ao entorno da Capela do Bom Jesus. Espero, assim, que os vereadores e o Prefeito de Sumaré tomem providências para que um crime de lesa patrimônio seja evitado. É tão simples e não custa nada. São os votos que faço.

Bom dia.



Zeza Amaral é jornalista, escritor e músico

## dalcio



## EJA

### Um direito ainda frágil

CLÁUDIO BORGES DA SILVA

Campinas destaca-se no cenário nacional como um importante polo tecnológico, científico e cultural. Apesar disso os índices de baixa escolaridade da população da cidade são alarmantes. Segundo o último censo de 2010, temos 230.808 pessoas, acima de 15 anos, sem Ensino Fundamental completo. Recentemente o Tribunal Superior Eleitoral divulgou dados sobre o perfil de eleitores dos municípios e o quadro de baixa escolarização de Campinas se confirma: dos 807.537 eleitores da cidade, 200.597 não completaram o Ensino Fundamental. Ou seja, 25% da população não tem sequer 9 anos de estudo. Pesquisa realizada no ano passado pelo Instituto Paulo Montenegro, sobre grau do alfabetismo, atesta esse quadro desolador: 30% da população campineira entre 15 e 64 anos se enquadra no perfil de analfabetismo funcional, ou seja, não domina habilidades básicas de leitura/escrita e matemática.

Contraditoriamente, o número de matrículas na educação de jovens e adultos (EJA), modalidade de ensino que atende a população a partir de 15 anos, vem caindo nos últimos anos, fenômeno que não se restringe à cidade de Campinas, mas abarca o país como um todo. Esse cenário coloca sérios desafios para toda a sociedade civil, mas, particularmente, demanda do poder público políticas que garantam a elevação da escolaridade e o

acesso à cultura para esta parcela da população. Em Campinas as respostas a este desafio têm sido omissas ou, por vezes, tímidas. O governo do Estado de São Paulo, embora seja corresponsável com o município pela oferta dos anos finais do Ensino Fundamental, praticamente fechou as salas de educação de jovens e adultos presenciais dessa etapa. Omitiu-se de sua responsabilidade alegando falta de demanda, justificativa todavia descabida frente aos dados apresentados.

Nossa Constituição define que jovens e adultos são portadores do direito à educação tanto quanto crianças e adolescentes e é dever do Estado a oferta gratuita. E ainda a legislação responsabiliza o poder público para além da oferta da vaga. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional compromete as esferas de governo com a realização de cen-

so para identificar a população com baixa escolaridade e com o chamamento público. Ou seja, confere ao Estado um papel indutor na busca dos alunos pela escola. Além disso, considerando as características, os interesses, condições de vida e trabalho dos jovens e adultos, os sistemas de ensino devem oferecer oportunidades educacionais que lhes sejam apropriadas, possibilitando-lhes assim o acesso e permanência na escola. O espírito da lei trata o direito à educação de jovens e adultos como uma dívida social a ser saldada.

O poder público municipal tem tido uma postura mais condizente com as suas responsabilidades, apesar de ações ainda tímidas diante da gravidade e complexidade do problema. Em 2004 tínhamos na rede municipal de Campinas 191 salas de educação de jovens e adultos nos anos finais do Ensino Fundamental. Passados dez anos esse número caiu para 121, ou seja, foram fechadas 70 salas. Em contrapartida, nos últimos anos, tivemos iniciativas importantes por parte da Secretaria Municipal de Educação para qualificar a oferta da modalidade nesta etapa: elaboração de diretrizes curriculares, integração da EJA com qualificação profissional e formação continuada de professores através de cursos de extensão oferecidos pela Unicamp.

A experiência das escolas municipais de Campinas e de outras redes de ensino, assim como os estudos acadêmicos do campo da EJA oferecemos pistas importantes sobre como avançar na garantia do direito à educação básica para

a parcela da população dela excluída: inserir a modalidade EJA nas prioridades educativas do município; articular as ações de todas as etapas do ensino (alfabetização, fundamental e médio); criar instâncias participativas para elaboração, gestão, avaliação e controle social das políticas de EJA; flexibilizar os tempos escolares e diversificar o currículo, em diálogo com as demandas dos jovens e adultos e com as experiências e saberes que já trazem consigo; inscrever as políticas educativas de EJA em ações intersetoriais que incluam as áreas de trabalho e renda, saúde, cultura, assistência social e transporte.

Neste momento, a Secretaria de Educação do Município de Campinas se organiza para o planejamento do trabalho a ser desenvolvido em 2015. Hoje temos um grande déficit de professores e especialistas da Rede Municipal de Campinas. Esta situação não pode ser usada como justificativa para precarizar a já frágil oferta da educação de jovens e adultos através da extinção de cursos e da aglutinação de turmas, do corte de recursos financeiros e humanos nesta modalidade de ensino. A dívida histórica que temos para com a população pouco escolarizada de nossa cidade exige uma agenda propositiva para a EJA que conduza a políticas públicas abrangentes, articuladas e duradouras e não a iniciativas frágeis, fragmentadas e pontuais que resultam na negação de direitos.

Cláudio Borges da Silva é professor de História na educação de jovens e adultos da EMEF Profa. Dulce Bento Nascimento, no bairro do Guarã, em Barão Geraldo



## SEMANA NACIONAL

### O trânsito nosso de cada dia

ELAINE RIBEIRO

A correria das grandes cidades ou mesmo a rotina de cada dia nos leva a reagir de forma instintiva no trânsito. Você já reparou que algumas pessoas correm para chegar no farol vermelho? Ou como as pessoas parecem agir como numa competição no ambiente de trabalho?

Dias atrás estava numa grande avenida de São Paulo, quando me vi tendo que desviar de um motoqueiro apressado e reduzir a velocidade do

carro. Um motorista, acompanhado de sua esposa e de seus filhos, ficou irado e começou acelerar o carro. Eu desviaria para uma saída à direita. Ele, então, numa manobra perigosa, numa via que permite trânsito a 60 km/hora, fez com que eu fosse a 90 km/hora numa pista única. Quando con-segui, dei passagem, ele abriu seu vidro e xingou-me das palavras mais absurdas. Depois de tudo isso, parou no sinal vermelho e continuou com as ofensas. Senti um misto de raiva, indignação, torpor e decepção.

Naquele momento, vi aquela cena, ele com seu filho pequeno, e pensei: que exemplo

de civilidade e comportamento no trânsito esse pai está dando ao seu filho? Onde foi parar a paciência desse homem que não foi capaz de esperar, com tranquilidade e de forma pacífica, a sequência do trânsito, como qualquer pessoa normal?

É por essas e outras que vamos percebendo o quanto sofremos pela falta de civilidade no trânsito e pela impaciência na pressa de chegar. Ora se nossas vias permitem velocidades de 40 a 60 km/hora e muitas vezes são cheias, qual o motivo de tanta pressa? É a falta de educação, de percepção das regras simples e das famosas e importantes paciência e

gentileza no trânsito. Mais preocupante ainda são os exemplos dados aos nossos filhos, pois a forma de conduzir uma situação pode levar à morte.

Que cultura é esta que, de tão individualista, nos faz esquecer que andamos com outras pessoas no mundo, que dividimos a rua com pedestres, ciclistas, motociclistas, enfim, que o mundo não serve apenas às nossas necessidades, mas também é caminho para outras pessoas?

Gosto muito de uma frase do sociólogo Zygmunt Bauman que diz “Viver em sociedade — concordando, compartilhando e respeitando o que

compartilhamos — é a única receita para vivermos felizes”. Acredito que essa consciência do coletivo e do uso público e consciente das coisas nos faz muita falta e permitiria uma vivência mais saudável de cuidado e de paz no trânsito.

O tempo exigente e veloz que vivemos também pode ser um motivo que nos torna agressivos e até competitivos no trânsito. Mas esse fato não pode ser uma desculpa para a falta de respeito no trânsito. Pare! Pense! Está em tempo de revermos nosso comportamento de disputa que se estende para as ruas, num trânsito que naturalmente já é caótico ou inconsequente em várias cidades, mas que precisa ser melhor utilizado. Um ponto simples pode nos ajudar imensamente: entender que estamos num espaço comum, que pode e deve ser utilizado por todos. Assim sendo, precisa par-

tir de nós uma nova postura e relação humana, prevalecendo as dificuldades de convivência.

Que possamos conhecer melhor nossos limites, compreender que a mudança parte de cada um para que o coletivo possa se beneficiar. Esse comportamento faz parte do exercício da cidadania, tão esquecida ultimamente. A cultura da vantagem e do “o que importa sou eu” precisa ser mudada urgentemente. Liberdade é um exercício de consciência! Como condutores, que possamos ter mais sabedoria para conduzir uma máquina que mata milhares por ano. Dessa forma seremos exemplos de motoristas conscientes e sábios.

Elaine Ribeiro é psicóloga clínica e organizacional e colaboradora da Fundação João Paulo III/Canção Nova (Twitter: @elaineribeirosp)